

RECUSA DESEJANTE: UMA INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO ADORNIANO DE RESSENTIMENTO

DESIRING REFUSAL: AN INTERPRETATION OF THE ADORNIAN
CONCEPT OF RESENTMENT

JÉSSICA RAQUEL RODEGUERO STEFANUTO¹
(FUNPEPE/Brasil)

RESUMO

A proposta do presente trabalho é apresentar uma interpretação do conceito de ressentimento na obra de Theodor W. Adorno que resulta de uma pesquisa mais ampla sobre esse mesmo objeto. Considerando que Adorno não define o conceito, mas o pulveriza em sua obra, propõe-se aqui uma constelação conceitual que lance luz sobre a dinâmica do ressentimento. Tal constelação inclui: o preconceito, a personalidade autoritária, o narcisismo ferido e a subjetividade danificada. A partir dessa interpretação, é possível indicar que o conceito de ressentimento, em Adorno, é uma constelação afetiva que tende a emergir não simplesmente no contexto da subjetividade danificada, mas fundamentalmente quando o sujeito se faz cúmplice do sacrifício dos vestígios de individualidade. Entende-se, assim, que a ambiguidade presente no conceito fornece elementos importantes para a crítica. **Palavras-chave:** Teoria crítica da sociedade; Ressentimento; Personalidade autoritária; Subjetividade danificada.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present an interpretation of the concept of resentment in the work of Theodor W. Adorno, which results from a broader research on this same object. Considering that Adorno does not define the concept, but pulverizes it in his work, a conceptual constellation is proposed that sheds light on the dynamics of resentment. Such constellation includes: prejudice, authoritarian personality, wounded narcissism and damaged subjectivity. From this interpretation, it is possible to indicate that the concept of resentment, in Adorno, is an affective constellation that tends to emerge not simply in the context of damaged subjectivity, but fundamentally, when the subject becomes an accomplice in the sacrifice of the traces of individuality. Thus, it is understood that the ambiguity present in the concept provides important elements for criticism. **Keywords:** Critical theory of society; Resentment; Authoritarian personality; Damaged subjectivity.

Introdução

A vontade de viver encontra-se na dependência da negação da vontade de viver: a autoconservação anula a vida na subjetividade

(T. W. Adorno, *Minima Moralia*)

Tratar de um conceito no interior do pensamento adorniano tem as suas peculiaridades. Longe de procurar definir e esgotar o objeto, identificando completamente conceito e coisa conceituada conforme a pretensão do pensamento matematizado e esclarecido (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), a dialética negativa de Adorno indica que o conceito é tanto a substância que permite ao pensamento estabelecer nexos de identidade, quanto guarda contraditoriamente a consciência da impossibilidade dessa identificação (ADORNO, 2009a). O pensamento negativo e dialético propõe o exercício de voltar o conceito para aquilo que escapa a ele, para o não-conceitual, ultrapassando os limites da identidade. Em função disso, o que se propõe aqui é uma interpretação do conceito de ressentimento no pensamento adorniano a partir de uma constelação conceitual.

Sobre esse modo de compreensão do objeto, vale retomar o autor:

Perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser. Por sua vez, o *chorismos* [N.T. Do grego: separação, cisão] entre fora e dentro é condicionado historicamente. Somente um saber que tem presente o valor histórico conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue liberar a história no objeto; atualização e concentração de algo já sabido que transforma o saber. O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres-fortes bem-guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica (ADORNO, 2009a, 141-142).

O termo ressentimento não se restringe à filosofia, à psicologia ou ao pensamento teórico. Utilizado cotidianamente, parece nomear uma rede de

afetos que envolve mágoa, rancor, inveja, melindre, desejo de vingança e sensação de ofensa, comumente qualificando um outro e dificilmente a si mesmo. A ideia de sentir novamente também fica implícita no vocábulo: ressentimento no português; *resentment*, no inglês, *resentimiento* no espanhol e *ressentment*, em francês. Em função disso, o ressentimento será entendido aqui como uma *constelação afetiva* (ANSART, 2004; KEHL, 2015).

A tradição ocidental da filosofia propôs diferentes modos de se entender o ressentimento, justificadamente também em função de a vida afetiva ganhar diferentes conotações, valores e significados em diferentes organizações sociais e tempos históricos (KONSTAN, 2004). Sem desprezar essa tradição, o presente trabalho fundamenta-se na Teoria Crítica da Sociedade e almeja realizar o exercício do pensamento a partir desse projeto de entendimento crítico da realidade que, a seu tempo, pretendeu oferecer subsídios para a compreensão de uma sociedade que evidenciava a convivência de absurdas brutalidades com pretensos avanços intelectuais, artísticos e até humanitários (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Visando compor uma combinação conceitual que auxilie o ressentimento – e sua constelação de afetos – a saltar à compreensão, a proposta é inicialmente voltar a discussão para o âmbito do preconceito, sem esquecer que Adorno e os demais teóricos críticos lidaram mais detidamente com o antissemitismo; na sequência, pensando uma divisão meramente didática, a proposta é retomar alguns elementos do pensamento adorniano acerca da personalidade autoritária; seguindo-se uma reflexão sobre o narcisismo ferido, explicitando-se a fundamentação histórico-social que Adorno e a Teoria Crítica fornecem ao modelo freudiano; por último, e sendo em alguma medida transversal a todos os demais elementos, a subjetividade danificada, que não deve ser meramente subjetivizada, mas sim pensada dialeticamente em relação a uma sociedade que exige continuamente o sacrifício do Eu.

Ressentimento e preconceito

No interior do projeto que visava compreender a persistência da sociedade vigente diante da sua notória hostilidade para com a vida, os pesquisadores do *Institut Für Sozialforschung* se dedicaram a estudar a dinâmica do preconceito, com foco no antissemitismo. Tal objeto foi enunciado primeiramente em um projeto intitulado “Estudos sobre o preconceito” que se seguiu à publicação do texto de Horkheimer “Os judeus e a Europa” em 1939 (JAY, 2008). Alguns resultados desses estudos aparecem também no capítulo da Dialética do Esclarecimento, de Adorno e

Horkheimer, intitulado "Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 139). O foco no antissemitismo era impelido pelo avanço da perseguição e do projeto de extermínio dos judeus na Europa, sem que se pudesse exatamente compreender a consecução da aniquilação de milhões de seres humanos em moldes industriais. Deparar-se com o inconcebível que, ao mesmo tempo, não é entendido como desvio, "É também uma persistente motivação para uma reflexão renovada sobre a incompreensibilidade de uma catástrofe que ocorreu em meio à cultura ocidental e suas supostas conquistas civilizatórias"² (ZAMORA, 2004, 42).

Tal como o ressentimento, o preconceito compõe-se de elementos psíquicos - porque se trata de um indivíduo que sente e manifesta o preconceito frente a um objeto - e também sociais, porque o indivíduo não nasce preconceituoso, mas constitui-se assim durante o processo de socialização que se dá em uma sociedade antagônica a partir de um processo que implica sacrifícios. Além disso, o preconceito encontra ressonância entre grupos sociais, ou seja, ele não é algo individualizado, mas partilhado. Essa partilha articula tanto aspectos sociais, vide grupos historicamente oprimidos, por exemplo, quanto elementos individuais, pois é preciso também aprender a acatar o estereótipo forjado nas contradições do processo civilizatório. O conteúdo cultural é evidenciado no preconceito sempre que se esmiúça os predicados fixos, enrijecidos e nem sempre correspondentes à realidade que o compõe: "O que marca a contraposição contínua entre as minorias sociais, permeada pelo preconceito, é a oposição força-fraqueza que é remetida à proximidade que cada qual é julgado da natureza que deve ser dominada" (CROCHÍK, 1996, 53).

O processo de desenvolvimento da civilização ocidental dá-se a partir de um ideal de força e de um esforço para contrapor-se à natureza. Ao longo desse mesmo processo, o sofrimento foi internalizado e a luta pela sobrevivência permaneceu na ordem do dia. Na oposição força-fraqueza, a força tornou-se o ideal a ser imitado, resquício da antiga mimese, e aquilo que não corresponde a esse ideal - o desamparo, a fraqueza, a felicidade - emerge como o que não se pode ser. Em última instância, deve ser eliminado: "tudo o que não se ajustou inteiramente ou que fira os interditos em que se sedimentou o progresso secular tem um efeito irritante e provoca uma repugnância compulsiva" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 149).

Enquanto produto cultural, o estereótipo precisa que os sujeitos se apropriem dele, mas, para isso, "os indivíduos precisariam ter ou desenvolver uma estrutura psíquica para incorporá-lo e deixar que ele ocupe o lugar daquilo que sua experiência poderia lhe proporcionar" (CROCHÍK, 1996, 56). Ao entender o preconceito como a manutenção de

uma conceituação rígida e fechada à realidade acerca de um objeto com o qual não se tem experiência ou cuja experiência é apropriada em função do preconceito, pode-se afirmar que o preconceito é uma incapacidade de perceber o mundo: "O percebedor não se encontra mais presente no processo da percepção" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 166). Impossibilitado de experienciar o mundo, o sujeito do preconceito interpõe entre ele e as coisas e pessoas o estereótipo forjado pelas contradições e pela dominação: o *ticket* substitui o pensamento (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Ainda que o alvo do preconceito tenha que ser suficientemente tangível e minimamente se relacionar com algum predicado do estereótipo, o preconceito remete mais à percepção que se tem do objeto do que propriamente ao objeto. Ou seja, na impossibilidade de percepção particularizada do objeto, elementos que não pertencem a ele lhe são projetados e atribuídos (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; ADORNO, 2019; CROCHÍK, 1996). Essa noção é explicitada por Adorno e Horkheimer no conceito de falsa projeção que, por sua vez, se relaciona com o interdito sobre a antiga mimese. Se o fundamento da mimese era tornar-se semelhante ao mundo, na falsa projeção é o mundo externo que é apropriado e percebido em função do mundo interior: "Se o exterior se torna para a primeira o modelo ao qual o interior se ajusta, o estranho tornando-se o familiar, a segunda transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo de hostil" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 154).

Invertendo a mimese mágica, original, as características de um ideal cultural passam a ser consideradas como se fossem as características do sujeito e, nessa inversão rompe-se a relação entre o sujeito e o mundo que, para ser dominado, precisa ser estranhado e cindido. Tornados tabus, os próprios traços miméticos só são recordados quando percebidos no outro. Nesse sentido, a falsa projeção remete ao *Unheimliche* freudiano: "O que repele por sua estranheza é, na verdade, demasiado familiar" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 150).

O preconceito não apenas remete a um juízo formulado de antemão – "toda experiência é medida por conteúdos pré-formulados, mas ela serve para reformular o conceito previamente formado" (CROCHÍK, 1996, 49) –, mas fundamentalmente à incapacidade de a experiência reformular esse juízo mesmo quando ele se mostra falso ou equivocado: "Quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 154). E é percebido como inimigo quanto mais afastado dos ideais de força forjados no processo civilizatório; quanto mais distanciado dos ideais de dominação da natureza, dominação de si mesmo e dominação do outro

(ADORNO; HORKHEIMER, 2006). O ideal constituído nas sociedades ocidentais modernas é, então, o daquele capaz de dominar (CROCHÍK, 1996). Daí a postura do ciclista, que será discutida no próximo tópico, de idolatrar o que representa a força e a dominação e agir com violência e desprezo frente à, demasiado familiar, fraqueza.

Essa imbricação de elementos históricos, psíquicos e sociais fornece uma explicação para a constatação de que justamente os desamparados, aqueles que não provocam nenhuma ameaça, se tornam o alvo do preconceito: "A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, 142). Do mesmo modo, parecer feliz ainda que não tenha poder, dado que "A noção de uma felicidade sem poder é intolerável pois só ela seria a felicidade pura e simples" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), parece provocar o mesmo furor: "Um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo – seja isso verdade ou não – felizes" (ADORNO, 1995b, 122).

Longe de ser uma exceção, este é um processo adaptativo, relacionado à dialética do processo de socialização a que são submetidos todos os seres humanos (ZAMORA, 2004; ZAMORA; MAISO, 2012), o que evidencia a necessidade de se compreender o preconceito e o antissemitismo não como um desvio pontualmente localizado na história, mas como um fenômeno psicossocial tendencialmente presente na forma de os sujeitos relacionarem-se com o mundo. Esse embrutecimento dos sentidos e do espírito também pode ser aparentado do que Adorno e Horkheimer (2006) nomearam como burrice e parece fazer parte da constelação conceitual do ressentimento que, por sua vez, também se manifesta como uma recusa defensiva e assustada, ainda que desejanste, da possibilidade de conhecer, pensar e sentir.

Não é o caso de identificar preconceito e ressentimento, mas é possível afirmar que são fenômenos avizinados no sentido de o ressentido agir preconceituosamente e de o preconceituoso ressentir-se daquilo que precisou deixar de ser e que o objeto do preconceito lembra ou ainda daquilo que não reconhece como seu e que é projetado no outro. Ser vítima de preconceito, por sua vez, também pode provocar um virulento ressentimento frente à condição que se desdobra dessa exclusão social e, como vítima e algoz são intercambiáveis ao longo da história (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), as vinganças e esforços de aniquilação podem se repetir quase compulsivamente no curso histórico (FERRO, 2009). Além disso, tanto o preconceito quanto o ressentimento são atravessados pela dificuldade ou até impossibilidade de perceber e experienciar o mundo, o

que tanto decorre da hostilidade do modo como se organiza e se reproduz a sociedade frente à vida e à formação, quanto retroalimenta essa condição.

Ressentimento e personalidade autoritária

Os estudos sobre autoridade são caros ao *Institut Für Sozialforschung* e remontam a um período anterior à emigração aos Estados Unidos. A problemática já aparecia como uma questão latente nos anos de 1920 e mostrou-se fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo. O foco aqui é relacionar a personalidade autoritária ao fenômeno do ressentimento visando lançar luz a esse conceito a partir da fundamentação adorniana. No entanto, é justo que sejam retomadas algumas discussões que antecedem o trabalho realizado junto a Frenkerl-Brunswik, Levinson e Sanford com o intuito de reconstruir uma história dessas preocupações no interior dos trabalhos que, não se controversias, foram desenvolvidos pelos pesquisadores do *Institut*.

Um primeiro trabalho que vale recuperar, ainda que não de modo aprofundado, é o de Eric Fromm intitulado *Escape from freedom*. Publicado pela primeira vez em 1941, esse texto contém parte dos resultados das pesquisas de Fromm que visaram compreender mais profundamente um certo “caráter autoritário”. Nessa obra, Fromm busca explicar aspectos dinâmicos da estrutura do caráter dos indivíduos modernos que se relacionariam com a percepção da liberdade como um fardo, o que levaria os sujeitos a desejarem abrir mão da própria individualidade e dos componentes idealmente contidos na categoria “indivíduo” (FROMM, 1968). O revisionismo freudiano realizado pelo autor entre outras questões o afastaria do grupo de teóricos críticos (JAY, 2008), mas seus trabalhos congregam elementos fundamentais para o que viria a ser desenvolvido por Adorno, o que justifica uma breve exposição de algumas dessas ideias.

Esse trabalho de Fromm se desdobra de uma pesquisa ainda quando do vínculo com o *Institut*, através da qual se buscava estudar empiricamente a mentalidade dos trabalhadores da República de Weimar. Vale lembrar que os anos de 1920 evidenciaram importantes contradições sociais no sentido de haver tanto condições férteis para possibilidades revolucionárias, quanto a crescente impressão, que se mostraria verdadeira, de que os trabalhadores não só não faziam oposição ao nazifascismo como o impulsionariam. As transformações da sociedade capitalista demandavam investigação, bem como a docilidade com a qual se parecia assistir a essas transformações e à ascensão da barbárie (ZAMORA, 2007; MAISO, 2010, 2013).

Vale, portanto, indicar a relevância de Fromm na realização do exercício de aproximar a psicanálise freudiana da teoria social. Essa aproximação não é teoricamente óbvia, nem tampouco se deu sem conflitos entre os membros do *Institut*, mas segue sendo frutífera para o aprofundamento da compreensão das contradições sociais e subjetivas. Fromm, de formação psicanalítica, por sua vez, também havia buscado inspiração no “caráter de ciclista”, proposto por Siegfried Kracauer, que remete a uma metáfora acerca da postura de funcionários que, se esforçando para adequarem-se a um padrão classe-média, tendiam a prover e admirar as pessoas hierarquicamente acima deles, “pisando” e mantendo uma postura de desprezo e agressividade diante daqueles que são percebidos como inferiores nesse ajustamento ao status quo (BAARS; SCHEEPERS, 1993; JAY, 2008).

Destacados esses antecedentes que parecem dignos de nota, vale indicar que a palavra “ressentimento” aparece pelo menos 20 vezes na parte dos estudos sobre a personalidade autoritária escrita por Adorno³. Além disso, há a caracterização de uma tipologia entendida como “ressentimento superficial” – entendendo-se a tipologia na obra de Adorno como perfis qualitativamente descritivos que devem manter a consciência das contradições e dos antagonismos sociais (ADORNO, 2011). É oportuna a indicação que Adorno faz do ressentimento problematizando o frequente menosprezo a esse fenômeno quando se pensa o fascismo, e escreve que ele representa “um aspecto sociológico” do problema do potencial fascista, o que parece pertinente para o conceito objeto deste texto. Nas palavras do autor:

Assim, o exemplo que oferecemos pontua alto não apenas na escala F, mas em todas as escalas: ela expressa a *generalidade* da perspectiva preconceituosa que evidencia como as tendências subjacentes da personalidade seriam os determinantes últimos. Ainda assim, achamos que o fenômeno do “Ressentimento superficial”, embora alimentado em geral por fontes instintivas mais profundas, não deveria ser inteiramente negligenciado em nossa discussão, pois representa um aspecto sociológico de nosso problema que poderia ser subestimado em sua importância para o potencial fascista se nos concentrássemos inteiramente na descrição e etiologia psicológicas (ADORNO, 2019, 534, grifo no original).

A noção de personalidade adotada por Adorno requer alguns esclarecimentos, pois ela evidencia a compreensão dialética do autor que busca manter a tensão entre indivíduo e sociedade sem recair em

psicologismos. Aqui também aparece a incorporação que a teoria social realiza da psicanálise, agora lida sob uma chave histórica e dialética, com a finalidade de aprofundar a compreensão sobre o indivíduo que, ainda que se constitua em necessária relação com a realidade, não é um mero efeito desta. Ao recorrerem às contribuições da psicanálise, Adorno e também Horkheimer, mantiveram uma certa ortodoxia frente aos postulados freudianos, entendendo que a psicanálise havia sido capaz de compreender um indivíduo que carrega em sua própria constituição as contradições de uma sociedade que dispensa a individualidade (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

A personalidade é então entendida como “uma organização de forças mais ou menos duradoura no interior do indivíduo” (ADORNO, 2019, 78). Sobre o caráter dessas forças, Adorno reconhece que são antes de mais nada, necessidades. Estas por sua vez, diferem entre os indivíduos em relação à qualidade, intensidade, formas de gratificação e objeto de fixação, e podem envolver necessidades emocionais mais ou menos primitivas, necessidades situacionais que podem envolver o grupo e as circunstâncias em geral e até necessidades de manter alguma coerência interna. Desse modo, Adorno entende que essas forças da personalidade não equivalem diretamente ao comportamento, mas resultam em uma certa prontidão para alguns comportamentos em dadas situações. Esse entendimento culmina na compreensão da personalidade como um dos determinantes de preferências ideológicas, que se articula, por sua vez, com os valores, necessidades, opiniões e atitudes mais ou menos organizados no interior dos sujeitos (ADORNO, 2019).

Ainda que seja entendida como um determinante dessas preferências ideológicas, Adorno, seguindo a tradição crítica que reconhece os limites e as problemáticas de atribuir uma causalidade primeira a um constructo psicológico, escreve que “a personalidade não deve, entretanto, ser hipostasiada como a determinante última” (2019, 79). Alerta também para o equívoco de se considerar a personalidade como algo estável que permanece fixo durante toda a vida: “[...] a personalidade se desenvolve sob o impacto do ambiente social e nunca pode ser isolada da totalidade social dentro da qual ela existe” (2019, 80). Novamente é possível entender aqui a leitura histórica e dialética que é realizada dos postulados freudianos no esforço de compreensão da personalidade autoritária. Entende-se que esses fundamentos também são caros para o entendimento do ressentimento, que tanto deve ser compreendido sob a dimensão do indivíduo que se ressentido quanto da complexa dinâmica que configura e possibilita essa e não outra forma de se relacionar com o mundo.

Adorno explicita essa complexidade, ao escrever que “As maiores influências sobre o desenvolvimento da personalidade surgem no decurso da formação da criança, como levada a cabo na configuração da vida familiar” (ADORNO, 2019, 80). Quando diz isso, Adorno não se refere isoladamente às famílias e seus modos de vida, mas aponta que “O que ocorre aqui é profundamente influenciado por fatores econômicos e sociais” (ADORNO, 2019, 80). Novamente, não se trata simplesmente de culturas domésticas ou modos de criação dos filhos, simplesmente, mas um contexto maior que se expressa no modo como cada núcleo de socialização lida, reage, transmite e educa para os desafios que são percebidos:

Não se trata apenas de como cada família, ao tentar criar as suas crianças, procede de acordo com os comportamentos dos grupos sociais, étnicos e religiosos aos quais ela se associa, mas de fatores econômicos brutos afetando diretamente o comportamento dos pais em relação à criança (ADORNO, 2019, 80).

O que se desdobra dessa complexa configuração é que “mudanças abrangentes nas condições sociais e nas instituições terão uma influência direta sobre as categorias de personalidade que se desenvolvem dentro de uma sociedade” (ADORNO, 2019, 80). Essa dinâmica permite que sejam considerados múltiplos fatores determinantes da personalidade autoritária, a qual, por sua vez, permite também lançar luz sobre o ressentimento. Este vai se configurando aqui como um conceito e como um fenômeno que requer cuidado com as explicações rápidas e simples que o alocam ora como algo “inato”, “fixo” ou “natural” no interior do indivíduo, ora como mero reflexo da sociedade contraditória sem qualquer tensão ou contraponto. Um alerta similar é também feito por Adorno quando indica a problemática de se apontar tais tendências como “patológicas”, como se estas categorizações não fossem também produtos de relações mais complexas entre padrões de personalidade ou comportamento e normas no interior de uma sociedade (ADORNO, 2019).

Feitas essas considerações sobre a personalidade sob a fundamentação do pensamento adorniano, retoma-se então, alguns indícios sobre o uso do conceito “ressentimento” no interior da obra sobre a personalidade autoritária. Iniciando pela tipologia já mencionada, do ressentimento superficial, é relevante indicar que Adorno o avalie como bastante relacionado ao preconceito: a aceitação de estereótipos se daria como uma forma facilitada de julgar o mundo, o que também proporcionaria alguns atalhos para o sujeito na lida com as dificuldades da própria

existência. Nessa dinâmica de ressentimento, Adorno indica a permanência de um certo nível racional, o que parece pertinente para o entendimento e para a crítica do conceito e do fenômeno. Explicita-se aqui também as relações, percebidas na pesquisa sobre a personalidade autoritária, entre certas configurações sociais, culturais e econômicas de vida, junto a expectativas, promessas e frustrações, que afetam o sujeito que cotidianamente encontra a tarefa de autoconservar-se em uma sociedade que justamente tensiona esses limites. Escreve Adorno (2019): “[...] essas pessoas estão espalhadas por todos aqueles setores da vida econômica onde o aperto do processo de concentração é sentido sem a compreensão de seu mecanismo, enquanto ao mesmo tempo ainda é mantida a sua função econômica” (535).

Sem compreender as relações nas quais são geradas e produzidas as contradições com as quais se depara cotidianamente, essas pessoas precisam seguir com suas atividades e trabalhos, lutando contra tudo o que representa a ameaça do empobrecimento o que, na sociedade organizada pela lei da troca, significa também ameaça à vida. Afetadas e ameaçadas por dinâmicas que não compreendem, esses sujeitos ressentidos buscariam formas de racionalização e de alívio da culpa por não se julgarem tendo “sucesso” na vida ordinária, culpabilizando e transferindo a responsabilidade não para as reais causas dos infortúnios, mas para outras pessoas que passam a configurar-se como ameaças mais ou menos irreais, pois são percebidas como tal ainda que tampouco tenham essa possibilidade (ADORNO, 2019).

Na análise dos autores, esse mecanismo seria tendencialmente favorecido em certos estratos populacionais nos quais se percebe um sacrifício pela adaptação e uma sempre presente ameaça de proletarização, como é o caso do que se pode, grosseiramente, caracterizar como classe média. Esses estratos médios seriam tipicamente relacionados ao fascismo nas análises dos teóricos críticos, seriam afeitos ao ressentimento e ao preconceito e também ao que Adorno (2019) chamou de convencionalismo. Esse diagnóstico também é compartilhado por Fromm (1968), que percebeu como o fascismo parecia ressuscitar psicologicamente a classe média decadente. Esses estratos médios da população estariam mais vulneráveis a certos apelos autoritários em função da sua relação ambivalente com os sacrifícios exigidos pela sociedade capitalista: tanto se deseja a adequação ao status quo, quanto se percebe que os sacrifícios exigidos não correspondem aos ganhos obtidos. A identificação com o estrato dominante da sociedade, faz com que a classe média tenha maior dificuldade em identificar-se com os interesses da própria classe, perceber-se

trabalhadora, assalariada ou microempreendedora, o que dificulta a compreensão dos mecanismos de dominação.

Ao lidar com esses conflitos, os sujeitos seriam levados a buscar por bodes expiatórios aos quais dirigir a agressividade que não reconhece alvo ou causa das ameaças que são objetivamente percebidas. A frustração envolvida na ameaça da proletarização, por exemplo, buscaria por alvos que estivessem disponíveis e que dificilmente devolveriam a agressão (ADORNO, 2019). Nesse caso, haveria uma dificuldade em compreender os mecanismos geradores das ameaças econômicas. Um fenômeno com uma dinâmica um pouco diferente seria a agressão autoritária: nesse caso, os sujeitos seriam mais ou menos capazes de *compreender* as dinâmicas de dominação, mas seriam *psicologicamente incapazes de responsabilizar* aqueles que reconhecem como autoridade. Dirigiriam sua frustração agressiva contra grupos minoritários, não por confusão, mas por identificação com a autoridade (ADORNO, 2019).

No reconhecimento desses grupos minoritários com indícios de que não devolveriam a agressão está também presente a dinâmica já discutida sobre o preconceito: interpõem-se o estereótipo como forma de evitar a experiência com a sociedade contraditória. O pensamento de *ticket* aparece aqui também vinculado à ideologia que favorece essas dinâmicas e que se relaciona com a confusão e com a ignorância sobre o funcionamento da sociedade em sua complexidade e cisões (ADORNO, 2019). Defendendo-se dessa complexidade e interiorizando a impotência objetivamente percebida, o ressentimento pode assim ser vinculado a persuasões reacionárias e a uma ideologia política que se coaduna com ideias autoritárias, em oposição à democracia ou à existência de benefícios sociais. Adorno qualifica de extremamente séria a dinâmica diagnosticada aqui:

Não se pode contestar que a democracia formal, sob o atual sistema econômico, não é suficiente para garantir permanentemente à maior parte da população a satisfação dos desejos e das necessidades mais elementares, ao passo que, ao mesmo tempo, a forma democrática de governo é apresentada como se – para usar uma das frases favoritas de nossos sujeitos – fosse a mais próxima possível de uma sociedade ideal. O ressentimento causado por essa contradição é desviado, por aqueles que falham em reconhecer suas raízes econômicas, contra a própria forma de democracia (ADORNO, 2019, 365-366).

Percebendo a democracia como fraude, esses sujeitos teriam maior disposição em sacrificar suas reivindicações por dignidade ou justiça em

prol de um outro sistema do qual eles esperam que, minimamente, haja alguma garantia de segurança e autoconservação. Nessa caracterização de um pseudoconservadorismo, Adorno identifica o desejo da emergência de um grupo que garanta alguma segurança à pessoa comum, algo como uma ditadura do grupo que é economicamente mais forte. Daí o esforço adaptativo de procurar se associar, no momento oportuno, às pessoas que, nesses parâmetros, seriam capazes de garantir algo.

Esse grupo também teria fantasias de usurpação: é como se desejasse usurpar o poder para fazer dele o que bem entendesse, e, nessa dinâmica projetiva, acusasse os democratas, os outros, de fazerem isso. Ao não se sentir contemplada pelos benefícios sociais, essa “pessoa comum” acusaria os democratas de usurparem o poder, como se este estivesse em mãos ilegítimas por uma conspiração que a desfavorece. Sem afetar os determinantes das contradições ou das desigualdades sociais, esses estratos atacariam a democracia em prol de um autoritarismo que, ao menos, não seria uma “fraude” como a democracia (ADORNO, 2019). Ou, dito de outro modo, se a democracia não é perfeita, que se desista dela e se acate deliberadamente o sacrifício supremo.

O esforço a que o sujeito se submete para adequar-se à sociedade, sob pena de exclusão dela, lhe custa contraditoriamente o preço da própria individuação. Não sendo completa a integração, emergem tanto potencialidade críticas e de resistência, quanto submissões, que são mais uma vez impelidas, agora com a cumplicidade do sujeito que se sacrifica. As contradições percebidas acabam por retroalimentar a aceitação forçada. Aqui se mesclariam determinantes do âmbito da personalidade, dada a complexidade com que se estabelecem paranoias e compromissos emocionais com a autoridade, mas também da ideologia (ADORNO, 2019). O ressentimento emergiria tanto como rancor por haver se imposto sacrifícios percebidos como sem sentido, quanto no sentido de voltar a agressividade contra aqueles que parecem não haver se submetido, os desajustados.

Esses deslocamentos e projeções se fazem presentes também no ressentimento frente à frustração educacional e à ignorância ou exclusão da vida política. A ambivalência em relação à formação pode ser percebida quando se fala abstratamente de um “problema educacional”, sem que se explique exatamente de que se trata e localizando tal problemas sempre em um outro, mesmo quando não se tem uma trajetória educacional significativa. Nesse contexto, a educação aparece também como um elemento adaptativo: é preciso educar os que não se ajustaram. A percepção de alienação da vida política também teria uma manifestação ambivalente: dirige-se tal insatisfação para tudo aquilo que parece

representar a vida política (ADORNO, 2019). Nos dois casos, o sujeito do ressentimento projeta a própria ignorância ao mesmo tempo em que se apresenta bem informado e, a depender do tom, inclusive se pode passar por crítico.

Atentar-se para como o ressentimento se relaciona com a personalidade autoritária, que por sua vez abre novos leques conceituais, fornece elementos para que se compreenda o conceito no interior da obra adorniana e também possibilita que se siga pensando, atualizando o conceito e confrontando-o com a realidade vigente. O núcleo temporal da verdade e o exercício sempre inacabado do pensamento crítico exigem a continuidade da elaboração conceitual e do esforço por interpretar a realidade que se apresenta complexa e contraditória.

Ressentimento e narcisismo ferido

O conceito de narcisismo ferido remete à leitura histórica e dialética que Adorno realiza da obra de Freud. Ao interpretar o modelo freudiano de explicação da constituição do Eu sob uma lente histórica e dialética, a Teoria Crítica fornece um caráter histórico-social ao entendimento de como se dá a constituição dos sujeitos e a internalização da autoridade em íntima relação com as transformações da sociedade, do capital e das demandas que são exigidas dos sujeitos para que se autoconservem nessa sociedade em transformação. Para a Psicologia de um modo geral e para a Psicanálise, o sujeito que emerge como objeto de estudo é o indivíduo burguês. A psicanálise, no entendimento dos teóricos críticos, foi capaz de coerentemente compreender esse indivíduo cindido e incompleto. No entanto, mesmo essa pretensa individualidade burguesa será criticada por Adorno, que constata um enfraquecimento do Eu conforme avançam as formas monopolistas de organização da sociedade e o indivíduo é cada vez mais encurralado (ADORNO, 1993; 2015).

Nesse movimento de coisificação dos sujeitos que passam cada vez mais a responder às necessidades das coisas e em que a subjetividade é contraditoriamente sacrificada no esforço de manter a autoconservação, Adorno chamará narcisismo a energia pulsional em que o Eu se apoia quando avança para o seu supremo sacrifício, a saber, o da própria consciência (ADORNO, 2015b). Para o autor, baseado na concepção freudiana, "No narcisismo mantém-se a função autoconservadora do eu, pelo menos segundo a aparência, mas separada da função da consciência e entregue à irracionalidade" (110). As transformações de direcionamento e investimento da pulsão têm, no pensamento adorniano, raízes sociológicas: "o indivíduo, devido às dificuldades quase intransponíveis que

se colocam hoje em dia no caminho de relações espontâneas e diretas entre os seres humanos, é forçado a dirigir para si mesmo suas energias pulsionais não utilizadas” (ADORNO, 2015a, 60).

Zamora (2007), fundamentado nas discussões adornianas, entende o narcisismo ferido como uma das saídas plausíveis ao sujeito frente aos conflitos de autonomia e às exigências de adaptação realizadas pela sociedade antagônica. Ele se constituiria como um conflito estrutural duradouro, tipicamente associado ao modo de produção capitalista monopolista que promove uma real impotência do Eu. Nessa perspectiva, é possível dizer que existem fraquezas do Eu que são próprias a dadas circunstâncias históricas e que o narcisismo ferido corresponde a especificidades dos modos de lidar com os sacrifícios que são exigidos nas sociedades capitalistas monopolistas e neoliberais (ZAMORA, 2007).

No bojo do desenvolvimento da Teoria Crítica estava o esforço em compreender o processo de socialização por meio do qual se forjariam personalidades com características tipicamente associadas às renúncias, sacrifícios e ganhos adaptativos de uma dada conjuntura histórico social, inclusive no sentido de manifestarem uma certa *disposição* ao sacrifício. Criticamente junto de Freud e entendendo a complexidade do processo de socialização de cada ser humano e suas múltiplas determinações, voltou-se para um primeiro grupo de socialização: a família. Aqui, se relacionava o entendimento do complexo de Édipo e sua relevância na constituição do aparelho psíquico com a conjuntura na qual as famílias estavam postas, bem como as tendências nas quais se dariam os processos educativos e de adaptação dos sujeitos à realidade vigente.

Conferindo historicidade à concepção freudiana, é possível entender que à época burguesa liberal era possível à criança, já nos princípios do seu desenvolvimento e da sua socialização, experienciar sentimentos de amor e de ódio em relação aos cuidadores e, assim, passar pelo complexo de Édipo. Com o avanço industrial das sociedades modernas e com a crescente concentração monopolista, as crianças descobrem “que o pai não personifica a força, a justiça e a bondade, e que, sobretudo, não dá a proteção que a criança esperava, inicialmente, receber dele” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, 144). A real impotência dos sujeitos frente à sociedade é transmitida, por assim dizer, nos primeiros momentos de socialização já na infância:

A efetiva debilidade do pai na sociedade, que tem sua origem na redução da esfera da concorrência e da livre iniciativa, penetra assim até às células mais profundas do equilíbrio psíquico-moral; a criança já não pode identificar-se totalmente com o pai, não pode fazer a interiorização das

exigências impostas pela família que, apesar de seus aspectos repressivos, contribuía de uma forma decisiva para a formação do indivíduo autônomo (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, 144).

Nesse sentido, é também conferida historicidade à compreensão da estruturação do aparelho psíquico que, como desdobramento dessa conjuntura, implicaria em alterações do super-eu: tendencialmente, este já não se internaliza, mas aloca-se na sociedade, externamente ao sujeito (ZAMORA, 2007). No entanto, as exigências que são provenientes do exterior se colocam de modo imperativo e massivo de tal modo que o sujeito, fraco, sequer pode internalizá-las ou identificar-se com elas, o que culmina em um sujeito que *renuncia a qualquer protesto* – o que parece ser relevante para se compreender a dinâmica do ressentimento. Mas isso tampouco quer dizer que Adorno postula uma personalidade bem integrada e plena após a resolução do complexo de Édipo, já que na sociedade vigente o indivíduo sequer tem condições de ter essa força: “Na sociedade antagônica, os seres humanos, cada indivíduo, são não idênticos a si mesmos, são caráter social e psicológico ao mesmo tempo, e, em virtude de tal cisão, danificados *a priori*” (ADORNO, 2015b, 105-106).

Tais conflitos e dilemas não são vivenciados apenas no primeiro grupo de socialização do indivíduo, mas seguem sendo reeditados nas outras relações ao longo da vida de cada sujeito em que também se faz presente a pressão pela adaptação. Os diversos tipos de grupos com os quais o indivíduo se relaciona podem fornecer um meio de camuflar sua impotência e fragilidade vinculando-se ao poder do coletivo:

O pai é, inclusive, substituído por poderes coletivos, como a classe escolar, o “team” esportivo, o clube e, por último, o Estado. Os jovens manifestam a tendência a submeter-se a qualquer autoridade, seja qual for seu conteúdo, desde que ela ofereça proteção, satisfação narcisista, vantagens materiais e a possibilidade de descarregar sobre outros o sadismo, em que a desorientação inconsciente e o desespero encontram uma cobertura (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, 145).

Ainda que sem se preocupar exatamente com a dimensão sociológica da questão, Freud (2011) já havia escrito sobre isso no texto de 1921 intitulado “Psicologia das massas e análise do eu” antecipando inclusive o surgimento dos movimentos fascistas de massas. Seu trabalho tem também o mérito de não postular uma “mentalidade das massas” hipostasiada, tal

como havia feito Gustave Le Bon, na obra clássica acerca de uma psicologia das multidões. Nesse texto, Freud argumenta que “o indivíduo renuncia ao seu ideal do Eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder” (93), dando destaque à identificação com a liderança e aos vínculos libidinais com o líder, mas também com os membros do coletivo. Esse mecanismo funcionaria como uma ameaça latente de descompromisso com os princípios de contenção que caracterizariam o processo civilizatório, com implicações sociais já conhecidas: “Com todas as renúncias e limitações impostas ao Eu, o periódico desrespeito das proibições constitui regra” (95). Analisando o texto de Freud (2011), Adorno escreve que:

Esse conflito resulta em impulsos narcísicos fortes, que podem ser absorvidos e satisfeitos apenas através da idealização, como a transferência parcial da libido narcísica ao objeto. Isso, mais uma vez, corresponde à semelhança da imagem do líder com um engrandecimento do sujeito: ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico. Este padrão de identificação através de idealização, caricatura da solidariedade verdadeira e consciente, é, entretanto, coletiva (ADORNO, 2015c, 169).

A fragilidade do Eu, engendradora no processo da modernidade que tanto vislumbrou o indivíduo quanto promoveu sua aniquilação, é coerente com saídas defensivas como o preconceito, a personalidade autoritária e o narcisismo. Pode-se acrescentar que no desenrolar dos avanços do capital, e este tendo emergido como um capital financeiro e sendo progressivamente afastado da noção tipicamente moderna de democracia e liberdade, não só seguem sendo plausíveis tais defesas contra a percepção da impotência como também se pode acrescentar a elas o ressentimento. É como se o sujeito se ressentisse da sua impotência e fragilidade que o impelem a fazer-se cúmplice do próprio sacrifício na tentativa de autoconservar-se, sem que se compreenda a complexa dinâmica envolvida nessa impotência e, ao mesmo tempo, acovardando-se de qualquer possibilidade de protesto ou discordância. Cabe indicar aqui a necessidade de continuidade da investigação acerca dos afetos envolvidos nesse momento do capital, de uberização das relações do trabalho e de disposição moral aos sacrifícios exigidos para a sobrevivência.

Tem-se, então, que ainda que o problema do ressentimento não tenha na dinâmica psíquica seu determinante primeiro, esta precisa ser considerada engendradora especificamente na sociedade capitalista

monopolista e financeira, sendo possível afirmar a afinidade do ressentimento com as formas atuais de organização de vida e de adequação ao mundo. A organização de seres humanos em sociedade, que deveria prover as condições de sobrevivência da humanidade, é justamente impeditiva disso a ponto de não bastar realizar oposição ao sujeito, mas de constituí-lo e socializa-lo como contraditoriamente cúmplice da própria tragédia. O aprofundamento dessa questão, sem desconsiderar o instrumental psicanalítico, implica na consideração dos condicionantes sociais e das determinações concretas que possibilitaram a inversão da função da sociedade que aparece agora às pessoas autonomizada. Adorno (2015b) dará centralidade às relações de troca para interpretar esse revés: “[...] a socialização real, fundamenta-se no fato de que os indivíduos nunca se enfrentam imediatamente entre si como sujeitos econômicos, pois, na verdade, agem segundo a medida do valor de troca” (ADORNO, 2015b, 82).

O narcisismo ferido talvez possa auxiliar na compreensão da dinâmica do ressentimento que permite algo como um orgulho pessoal enquanto se avança para a precarização da vida e das possibilidades de fazer-se, formar-se, enfim, desfrutar de uma vida razoável. Ao contrário, ao mesmo tempo em que é levado a lançar-se para o próprio sacrifício, o sujeito vive o conflito almejando alguma compensação futura ao seu “empreendimento”. O enaltecimento moral dessa dinâmica fornece um viés ideológico que parece constituir-se como um amálgama fundamental.

Ressentimento e subjetividade danificada

Nessa sociedade que exige e educa para a adaptação a qualquer preço, em que “A autoconservação é alcançada pelos indivíduos somente na medida em que fracassa a formação de seu eu, através da regressão autoimposta” (ADORNO, 2015b, 106-107), a subjetividade danificada não é uma exceção. Mesmo quando se fala da individualidade e de suas pretensões de autonomia, é preciso considerar que ela está inserida também nessas contradições que forjam subjetividades como cicatrizes (ADORNO, 2015a), visto que a própria autonomia burguesa é marcada, contraditoriamente, pelo preço da dominação (ZAMORA, 2007). Em função disso, é preciso pensar a subjetividade danificada em um contexto de *vida* danificada, onde tampouco é possível desenvolver-se e formar-se plenamente e sequer é possível pensar formas de vida para além da exploração do trabalho alienado.

Ao enfrentar essas contradições, mais ou menos consciente delas, os sujeitos constituem-se e forjam modos de se relacionar com o mundo. Daí se desdobram as relações que eles podem estabelecer com a experiência e

com o conhecimento, apontando a pertinência de se pensar o ressentimento como um derivado bastante possível dos modos de buscar solucionar os conflitos e sofrimentos oriundos da vida antagônica na sociedade contemporânea. Ao longo da vida, cada sujeito é levado a, de diferentes modos, proteger e defender o Eu abrindo mão do Eu, o que faz com que o ressentimento emerja como uma construção afetiva altamente provável, inclusive abarcando um desejo de vingança contra aqueles que, aparentemente, não precisaram submeter-se ao agravo que o ressentimento faz perceber como humilhação sem ser capaz de perceber as relações sistêmicas da violência real. Há que se considerar que inúmeras exigências que aparecem como fundamentais para a vida, não guardam qualquer relação com ela, o que fomenta a sensação de engano e incrementa o potencial para o ressentir-se: "Para que o indivíduo consiga realizar as renúncias, muitas vezes sem sentido, que lhe são impostas, o eu precisa erigir proibições inconscientes e se manter em grande parte no inconsciente" (ADORNO, 2015b, 108).

Fundamentado em Adorno, Zamora (2007) sintetiza que existiriam basicamente duas possibilidades de os sujeitos lidarem com esses conflitos: por um lado, seria possível enfrentar de modo consciente a repressão social, o que pode ameaçar a autoconservação do sujeito na engrenagem social; por outro, seria necessário que se realizassem manobras de suavização e pacificação que livres o sujeito de ter de suportar perdas consideráveis de autoestima ou que evitem pôr em perigo a própria sobrevivência, o que seria o mais comum. Essa tentativa de resolução tampouco preservaria o Eu que, para sobreviver deve deixar de realizar-se. No primeiro caso, existiria a possibilidade de, apesar da opressão, compreender mais amplamente seus determinantes, abrindo espaços para a experiência da contradição e para a atuação no sentido da redução dos antagonismos sociais e para a construção de outras realidades, perspectiva que não se deve perder de vista quando se tem a proposta de realizar a crítica das condições vigentes. Não se pode minimizar, no entanto, a complexidade e dificuldade dessa tarefa:

O medo [*Angst*] de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo. Tal medo transformou-se historicamente em segunda natureza – não por acaso "existência" significa, no uso linguístico filosoficamente não deteriorado, tanto a existência natural quanto a possibilidade de autopreservação no processo econômico (ADORNO, 2015b, 77).

Os impedimentos ao desenvolvimento de uma tal relação com os conflitos psíquicos não são difíceis de se elencar e remetem também ao processo de socialização e educação a que os sujeitos se submetem. Adorno discutiu mais minuciosamente essas questões nas conferências sobre Educação, em especial a que foi publicada sob o título de "Educação – para quê?" (ADORNO, 1995a). Constatando a progressiva perda de capacidade para a experiência, uma problemática um tanto benjaminiana, Adorno discute a importância educacional de, desde a mais tenra infância, evitar a supervalorização de um pseudorealismo que, de modo doloroso, obriga os sujeitos a autossujeição à pressão social por adequação. Indica também a relevância de a educação trabalhar por uma dialética entre uma certa adaptação ao mundo, necessária inclusive para que se o compreenda, e, ao mesmo tempo, um fortalecimento da capacidade de resistência e autonomia (1995a).

É nesse contexto de imposição por si mesmo de uma violência externa que Adorno falará, em termos freudianos, do desenvolvimento de uma identificação com o agressor. Também como resultado dessa autoimposição da adequação, indicará a hostilidade frente à cultura e ao conhecimento, o que prejudicaria a orientação e a inserção dos sujeitos no mundo. A ambiguidade dessa hostilidade se daria em função de o sujeito escolher contra si mesmo (ADORNO, 1995a), o que possibilita que se entenda o ressentimento como uma recusa que é também desejante. Fazer com o que o sujeito desista frente ao desejo de formar-se como indivíduo, desejando, ao contrário, adequar-se sem limites às necessidades das coisas é uma demanda evidente nas sociedades hodiernas. A essa demanda, é possível afirmar, não parece sem simples submeter-se sem algum ressentimento.

A semiformação, afinal, fez-se tão burguesa quanto a ideia de formação: "[...] o *a priori* do conceito de formação propriamente burguês, a autonomia, não teve tempo nenhum de se constituir, e a consciência passou diretamente de uma heteronomia a outra. No lugar da autoridade da Bíblia, instaura-se a do domínio dos esportes, da televisão [...]" (ADORNO, 2010, 15) – e, em alguma medida, também da Bíblia. O mesmo se pode dizer da individualidade, vislumbrada e aniquilada na sociedade burguesa (ZAMORA, 2003), o que vincula o sujeito do ressentimento à semiformação: "O semiculto dedica-se à conservação de si mesmo sem si mesmo" (ADORNO, 2010, 33). Desse modo ele sequer pode permitir-se os requisitos para a formação, fundamental para se pensar a constituição da individualidade. A experiência, a autonomia e o pensamento acabam sendo percebidos como prejudiciais à adaptação ao mundo e tendem a ser recusados:

Provavelmente em um número incontável de pessoas exista hoje, sobretudo durante a adolescência e possivelmente até antes, algo como uma aversão à educação. Elas querem se desvencilhar da consciência e do peso de experiências primárias, porque isto só dificulta sua orientação (ADORNO, 1995a, 149).

Essas pessoas, precisam odiar o que é diferenciado, precisam interpor entre elas e as coisas do mundo uma camada de estereótipo que as poupe do exercício de perceber a realidade: "Por isto, rangendo dentes, elas como que escolhem contra si mesmas aquilo que não é propriamente sua vontade" (ADORNO, 1995a, 150), numa dinâmica típica do ressentimento e também, da semiformação. Fica evidente aqui que "não se trata, portanto, apenas da ausência de formação, mas da hostilidade frente à mesma, do rancor frente àquilo de que são privadas" (150). A aptidão à experiência precisaria ser construída a partir da conscientização e da dissolução desses mecanismos de repressão que os sujeitos se auto impõem. Evidentemente não se trata de desconsiderar os determinantes materiais e concretos desses impedimentos, mas trata-se de pensar de que modo o sujeito se torna conivente e volta a produzir contra si mesmo a mesma violência da qual foi vítima. O sujeito acaba por tornar-se um agente do neoliberalismo contra si mesmo, e com uma falsa aparência de autonomia, a exemplo das relações "flexíveis" de trabalho (ZAMORA, 2013).

A contradição fundamental aqui é que, para garantir a sobrevivência, é preciso abrir mão de uma existência razoavelmente autônoma. Se a subjetividade danificada pode ser apontada como hegemônica na sociedade que impede o pleno desenvolvimento das pessoas, é possível verificar que o ressentimento não é o único afeto por meio do qual é possível se relacionar com o mundo contraditório. Com o que foi discutido até aqui, há razões para afirmar que quando o sujeito, mais ou menos conscientemente, é cúmplice do próprio sacrifício, podemos apontar com mais clareza o fenômeno do ressentimento. Dito de outro modo, não é o sujeito danificado que é necessariamente ressentido, mas muito mais provavelmente aquele que, mais ou menos deliberadamente, se concilia com a autossujeição, não raro confundindo-a com autorrealização.

Conclusão

Procurou-se aqui apresentar alguns elementos que parecem pertinentes para se pensar o conceito e o fenômeno do ressentimento a partir da Teoria Crítica de T. Adorno, indicando uma constelação conceitual que possibilite lidar de modo mais amplo com a complexidade e com a

dinâmica do ressentimento. A partir da fundamentação da Teoria Crítica da Sociedade, traz-se à tona contribuições no sentido de se pensar a relação entre indivíduo e sociedade e entre teoria social e psicanálise, proporcionando uma investigação mais ampla desse fenômeno que parece fundamental também para um diagnóstico do presente. Alerta-se para a necessidade de se compreender o ressentimento na imbricação entre dadas configurações sociais que exigem sacrifícios dos sujeitos e as formas que os sujeitos encontram de, de diferentes modos, conciliarem-se a esses sacrifícios. Apesar de serem coerentes com a racionalidade vigente, muitos desses sacrifícios exigidos para a sobrevivência não guardam relação alguma com a lógica da vida. Poder opor-se a eles ou ao menos reconhecê-los como uma necessidade das coisas e não da vida pode fornecer possibilidades afetivas para além do ressentimento.

As diferentes conjunturas históricas e sociais requerem que se atente para os diferentes sacrifícios que são exigidos das pessoas em diferentes lugares sociais. Na análise da personalidade autoritária, da semiformação e do narcisismo ferido, os teóricos críticos enxergaram um importante vínculo com as classes médias que, trabalhadoras, foram capazes de compatibilizarem seus interesses com o fascismo. No interior desse debate, há razões para indicar que o ressentimento é uma constelação afetiva que de fato aproxima-se das classes médias, tendencialmente mais próximas dessa dinâmica de sacrificarem-se em prol da adaptação fazendo-se cúmplices da própria sujeição sem usufruir das promessas associadas à penitência.

A classe média refere-se aqui a um amplo espectro no estrato social. Inclui recortes em que a subserviência por identificação à autoridade e o medo do rebaixamento social se fazem conspícuos e em que se mesclam as impotências sociais com a covardia subjetiva. Inclui também o esforço adaptativo, que foi melhor discutido no item sobre o narcisismo ferido, de sacrificar o que houver restado da própria subjetividade, da própria vontade, em prol de uma promessa que a sociedade capitalista não pode cumprir. Sacrificar-se esforçando-se para se contentar com simulacros e satisfações substitutivas, entendendo que aí existe a autorrealização, mesmo que não exista mais Eu, é uma dinâmica que merece atenção.

Ao entender o ressentimento como constelação afim à personalidade autoritária, ao narcisismo ferido, à subjetividade danificada e ao preconceito, tem-se uma maior complexidade desse fenômeno que exige alguma cautela das explicações rápidas sobre o ressentimento das classes médias, por exemplo. Se se concorda que o ressentimento pode ser uma reação mais tipicamente associada aos estratos médios, vale considerar que pode aparecer em outras conjunturas sempre que a subjetivação da

impotência objetiva culminar em um esforço do Eu em conciliar-se com a própria tragédia. Se a tragédia é individual, é também coletiva e social e indica a pertinência de que o pensamento crítico não esqueça de que esta não é a única forma de vida possível.

Notas

¹ Psicóloga, técnica em Música, Mestre em Educação Escolar, Doutora em Educação; atualmente é docente no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), atuando nas áreas de Psicologia da Educação, Psicologia do Desenvolvimento e afins. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² No original em castelhano: "Más bién constituye una motivación persistente para la renovada reflexión sobre lo incomprensible de una catástrofe que se produjo en medio de la cultura occidental y de sus supuestos logros civilizatorios" (ZAMORA, 2004, 42).

³ A obra foi consultada no original em inglês (1975), na tradução castelhana (2009b) e na tradução brasileira (2019).

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Studies in Authoritarian Personality*. In. ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Soziologische Schriften II - Gesammelte Schriften, 9 (II)*. ed. R. Tiedemann, G. Adorno, S. Buck-Mors e K. Schulz. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1975.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Minima Moralia* – Reflexões a partir da vida danificada. Tradução Luiz Eduardo Bicca. Revisão Guido de Almeida. São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Educação – para quê? In. ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. p. 139–154. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Educação após Auschwitz. In. ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. p. 119–138. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Dialética negativa*. Tradução Marco Antonio Casanova; Revisão técnica Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 2009a

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Escritos sobre la personalidad autoritaria. In. ADORNO, T. W.: *Escritos Sociológicos II*, vol. 1. Obra completa 9/1.

Tradução Agustín González Ruiz. Madrid, España: Ediciones Akal, p. 147–527, 2009b.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da Semiformação. In. PUCCI, Bruno, ZUIN, Antônio A. S., LASTÓRIA, Luis A. C. Nabuco (orgs). *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Tradução Newton Ramos-de-Oliveira, Campinas, SP: Autores Associados, p. 7–40, 2010.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Introdução à Sociologia da Música* – doze preleções teóricas. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. A psicanálise revisada. In. ADORNO, Theodor Wiesengrund: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, p. 43-69, 2015a.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In. ADORNO, Theodor Wiesengrund: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, p. 71-135, 2015b.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In. ADORNO, Theodor Wiesengrund: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, p. 137-152, 2015c.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Tradução Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Correa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max (orgs.). *Temas básicos da sociologia*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. Tradução Jacy Alves de Seixas. In. BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (orgs): *Memória e (res)sentimento* – indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 15-36, 2004.

BAARS, Jan; SCHEEPERS, Peer. Theoretical and methodological foundations of the Authoritarian Personality. *Journal of the History of the Behavioral Science*. Vol. 29. p. 345- 353, oct. 1993.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Revista Temas em Psicologia*, vol. 4, nº 3. Ribeirão Preto. P. 47-70, 1996. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a04.pdf>> (Acesso em 29 jun. 2021)

FERRO, Marc. *O ressentimento na História* – Ensaio. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. *In*. FREUD, Sigmund. *Obras Completas* vol. 15 [1920 – 1923]. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. p. 13 – 113, 2011.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Tradução Octavio Alves Velho. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

JAY, Martin. *A imaginação dialética* – História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923 – 1950. Trad. Vera Ribeiro. Ver. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. Coleção clínica psicanalítica/ dirigida por Flávio Carvalho Ferraz. 2ª reimpressão da 4ª edição de 2011. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. Trad. Carlos Galvão e Cristina Meneguello. *In*: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (orgs): *Memória e (res)sentimento* – indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 59-80, 2004.

MAISO, Jordi. Sobre la actualidad de la Teoría Crítica de Theodor W. Adorno. Seminario Internacional “*La actualidad de la Teoría Crítica*”, CCHS – CSIC, Madrid/Espanha, 2010. Disponível em <<http://www.setcrit.net/wp-content/uploads/2012/11/JMairo-La-actualidad-de-Adorno-Madrid-nov-2010.pdf>> (Acesso em 29 jun. 2021).

MAISO, Jordi. La subjetividad dañada: Teoría Crítica y psicoanálisis. *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*. Nº 5. p. 132-150, 2013. Disponível em <<http://constelaciones-rtc.net/article/view/819>> (Acesso em 29 jun. 2021).

ZAMORA, Jose Antonio. Th. W. Adorno y la aniquilación del individuo. *Revista Isegoría*. Nº 28, p. 231-243, 2001. Disponível em <<http://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/515>> (Acesso em 29 jun. 2021).

ZAMORA, Jose Antonio. *Th. W. Adorno - pensar contra la barbarie*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

ZAMORA, Jose Antonio. El enigma de la docilidad – Teoría de la sociedad y psicoanálisis en TH. W. Adorno. In. CABOT, M. (ed.): *El pensamiento de Th. Adorno: balance y perspectivas*. Palma, Espanha: Universitat de les Illes Balears, p. 27-42, 2007.

ZAMORA, Jose Antonio. Subjetivación del trabajo: dominación capitalista y sufrimiento. *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*. Nº 5. p. 151-169, 2013. Disponível em <<http://constelaciones-rtc.net/article/view/820>> (Acesso em 29 jun. 2021).

ZAMORA, José Antonio; MAISO, Jordi. Teoría Crítica del antisemitismo. *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*. Nº 4. p. 133 -177, 2012. Disponível em <<http://constelaciones-rtc.net/article/view/785>> (Acesso em 29 jun. 2021).

Received/Recebido: 30/06/21
Approved/Aprovado: 28/09/21